



# A volta do Judiciário em ano de embates

Maria Eduarda Lavocat e Ana Maria Campos

Os Três Poderes estavam presentes na abertura do ano do Judiciário que terá muitos desafios e possíveis embates. A sessão solene no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, recepcionadas pelos 11 ministros da Corte.

O ano começa com uma controvérsia: o poder do Congresso para liberar e executar emendas. Por trás dos discursos amenos da solenidade, um clima de acomodação no espaço e prerrogativas de cada poder ameaçam a harmonia.

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que os Três Poderes do país são independentes e harmônicos e estão unidos pelos princípios da Constituição. “Aqui estamos, os presidentes dos Três Poderes. O presidente Lula, que foi eleito com mais de 60 milhões de votos. O presidente Davi Alcolumbre, eleito com consagradores 73 votos em 81 senadores, e o presidente Hugo Motta, segundo candidato mais votado na história da Câmara dos Deputados, com 444 votos em 513”, afirmou.

Barroso acrescentou: “E eu mesmo, que fui eleito com 10 votos em 11. Só eu não votei em mim. Lembro que todas as democracias reservam uma parcela de poder para ser exercida por agentes públicos que não são eleitos pelo voto popular, para que permaneçam imunes às paixões políticas de cada momento. O título de legitimidade desses agentes é a formação técnica e a imparcialidade na interpretação da Constituição e das leis”.

Barroso abriu seu pronunciamento com uma espécie de prestação de contas. Começou com um balanço do plantão Judiciário durante o recesso. No período, mais de quatro mil processos foram concluídos pela presidência e vice-presidência do Tribunal. Barroso também apresentou dados atualizados sobre o Judiciário, que conta com 18 mil juízes e 280 mil servidores. “Somos a instituição de maior capilaridade da República, atendendo a quase todos os seis mil municípios brasileiros”, destacou.

Segundo o ministro, atualmente existem 80 milhões de processos pendentes, número que foi reduzido em quatro milhões no último ano. “A maior redução no número de processos desde que começou essa contabilização”, afirmou. Ele também ressaltou que o Judiciário brasileiro está entre os mais produtivos do mundo, com uma média de 4.400 processos por juiz.

Seguindo com os dados, o presidente do STF rebateu ataques apresentando o orçamento do Judiciário. “É preciso não supervalorizar críticas que, muitas vezes, são injustas ou frutos da incompreensão do trabalho dos juízes”, declarou.

Gustavo Moreno/CB/D.A Press



Os presidentes dos Três Poderes e da OAB e o procurador-geral da República na abertura do ano Judiciário

O ministro explicou que o custo da Justiça brasileira é de R\$ 132,8 bilhões, o que representa 1,2% do PIB. “Trata-se de um valor que, em termos percentuais, vem diminuindo ao longo dos anos. Em 2009, o Poder Judiciário da União correspondia a 4,83% do Orçamento fiscal. Em 2025, essa proporção será de 2,93%”, destacou. Além disso, em 2024, o Judiciário arrecadou R\$ 56,74 bilhões, o que equivale a 52% de suas despesas totais. “Nós somos contra todo tipo de abuso, e a Corregedoria Nacional de Justiça está atenta”, disse Barroso.

Na segunda parte de seu discurso, o ministro destacou os projetos previstos para o ano, incluindo iniciativas para a magistratura, direitos fundamentais e inovação no Judiciário. Foi instituído o Exame Nacional da Magistratura, que já teve duas edições e estabelece um padrão nacional de qualidade, sem comprometer a autonomia dos tribunais para realizarem seus próprios concursos. Medida semelhante foi adotada para os cartórios, com a criação do Exame Nacional de Cartórios.

Além disso, o Conselho Nacional de Justiça regulamentou uma determinação do STF para enfrentar violações dos direitos fundamentais no sistema prisional e implementou a paridade de gênero nas promoções por merecimento para o segundo grau, garantindo que 40% das vagas sejam destinadas a mulheres. Também foi lançado um programa de bolsas para candidatos negros à magistratura, realizado com investimentos da iniciativa privada. O programa oferece cursos preparatórios gratuitos e uma ajuda de custo para os 100 primeiros colocados, visando refletir na magistratura a diversidade da sociedade brasileira. “Espera-se fazer com que a demografia da magistratura fique mais parecida com a da sociedade brasileira”, declarou Barroso.

No campo da sustentabilidade e inovação, o STF inaugurou uma usina fotovoltaica e plantou 5.500 árvores no Bosque do Supremo, além de lançar o programa Justiça Carbono Zero, que exige a neutralidade de emissões de carbono em todos os tribunais até 2030. No âmbito

tecnológico, foram implementadas a IA generativa MarIA, para auxiliar ministros e assessores, e o Portal Único de Serviços do Judiciário, unificando dados de processos em tramitação. Como parte da racionalização do Judiciário, o STF e o CNJ promoveram a extinção de 8,4 milhões de execuções fiscais paradas há mais de um ano, além de um mapeamento das ações contra o poder público, permitindo estratégias para reduzir a litigiosidade e aprimorar a eficiência do sistema judicial.

Em seguida, Barroso aproveitou a oportunidade para celebrar a democracia brasileira. “Os três Poderes aqui presentes são unidos pelos princípios e propósitos da Constituição. Somos independentes e harmônicos como manda a Constituição. Porém, mais que isso, somos pessoas que se querem bem e, acima de tudo, querem o bem do Brasil”, destacou o ministro que deixará a presidência em setembro e será substituído pelo atual vice, Edson Fachin.

Em concordância com o ministro, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, declarou que a democracia deve ser constantemente defendida. “Reafirmo o compromisso da advocacia com a Constituição, a Justiça e o Estado Democrático de Direito. A sociedade brasileira permanece vigilante e consciente de que os direitos fundamentais não são dádivas, mas conquistas que exigem constante proteção. A OAB reafirma seu compromisso com o discurso republicano”, disse em sua fala.

Por fim, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, desejou um ano judiciário frutífero e pleno êxito no árduo e elevado encargo de guardião da Constituição. “Além desse voto, esta é uma oportunidade adequada para a PGR reafirmar seu compromisso de atuar com firmeza, coragem e serenidade no exercício das diversas competências que lhe foram confiadas pelo constituinte, começando por aquela que é fundamental: a defesa da ordem jurídica e do regime democrático”, diz.

» Veja a pauta do STF deste mês na página 2